

Opinião

Editorial

PÂNICO GLOBAL

Mais um ajuste nas rédeas da crise

O GOVERNO PODE TER ACERTADO no conteúdo, mas pareceu errar na fórmula ao anunciar as duas novas medidas, ambas tomadas por meio da edição de uma medida provisória, destinadas a evitar o rompimento dos diques nacionais diante da crise financeira. A primeira permite a compra das ações de instituições financeiras privadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A segunda medida gerou menos polêmica que a primeira: autoriza a Caixa a constituir uma empresa de participação acionária no mercado imobiliário.

No primeiro caso, pretende-se dar mais liquidez ao mercado. No segundo, permitir que o banco estatal compre ações de construtoras para garantir a manutenção da expansão do setor habitacional. Em ambos, especialmente na primeira medida, deu-se a senha para o mercado ingressar ainda mais na zona de incerteza e desconfiança. Não à toa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, precisou repetir inconsistentemente, durante todo o dia, que não há bancos em dificuldades.

O conteúdo, insista-se, pode ser acertado. Afinal, é bem-vinda qualquer ação que dê robustez ao país e, em particular, ao sistema financeiro – epicentro de qualquer cadeia propulsora de crises. Se hoje a blindagem pura e simples parece devaneio instalado na cabeça de ingênuos e desavisados, a redução dos pontos de fragilidade e/ou a criação de antídotos contra a contaminação da crise internacional são tarefas essenciais impostas ao governo brasileiro. Suas ações até aqui, especialmente aquelas adotadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, constituem avanços consideráveis nessa direção.

Mas passemos. Num ambiente de turbulência, insegurança e

desconfiança como o atual, certas ações e discursos servem

como um silogismo às avessas.

O raciocínio que perseguiu a

cabeça de muita gente no mer-

ado ontem era de que, se não

há banco quebrando, se o sis-

tema financeiro está entre os

mais sólidos do mundo (afir-

mações do ministro Guido

Mantega), não haveria razão, por si, para a edição de MPs diárias.

Tampouco a que abre caminho para a estatização de instituições

financeiras em dificuldades.

Precaução? Antecipação a uma eventual crise mais aguda a

desembarcar em breve no país? É bem possível. As medidas, no

entanto, permitem que os mercados, especuladores por natureza,

embarquem num receio coletivo de que podem existir bancos

em más condições, escondidos sob a superfície dos bons ventos

que vêm guiando a economia brasileira até aqui. A segurança em

relação ao nosso sistema, convém reconhecer, fundamenta-se no

Acordo de Basileia, que estabelece critérios mais adequados aos

riscos associados às operações conduzidas pelas instituições

financeiras, fato que as tornam menos vulneráveis às quebradeiras

sucessivamente anunciadas no exterior.

Dotar o Banco do Brasil e a Caixa de “potencial para o futuro”

seria o objetivo da medida, segundo o vice-presidente do Banco

do Brasil, Aldo Luis Mendes. Mas que futuro seria esse, se o próprio

Executivo garante que não há um prévio interesse do BB em outras

instituições, a não ser a Nossa Caixa e o BRB (Banco de Brasília),

cujas negociações já estavam em andamento? Esse questionamento

povoou ontem a mente de economistas e especialistas. E em

tempos de crise, repita-se, os fatos importam menos que as

expectativas. Desconfianças, informa o exemplo internacional,

tornam reais o que não às vezes não passa de palpite. Eis a espiral

formuladora das crises: a crença conduz aos fatos.

O governo brasileiro, contudo, faz o certo: age para res-

tabelecer o crédito e a liquidez na economia. É o passo

fundamental para reduzir as dores provocadas pela doença

internacional.

Lúcio Mauro - Páginas

Editorial - Páginas